

# No Senado, batalha pelos empréstimos

Da sucursal de  
BRASILIA

A partir de março, no funcionamento normal do Congresso Nacional, os governadores e prefeitos eleitos terão de realizar gestões junto ao Senado, se se interessarem pelo desarquivamento dos projetos de resolução arquivados, de pedidos de empréstimos no Exterior. Os que já tinham pareceres de comissões, ou mesmo incluídos na "ordem do dia", para discussão e votação no plenário, não votados no plenário pela obstrução ou por falta de tempo, também foram todos arquivados.

O quadro será outro a partir de março, com governadores indiretos do PDS substituídos em nove Estados por governadores diretos do PMDB e um indireto no PMDB substituído por um direto do PDT. Houve mudanças de comando em muitas das Prefeituras solicitantes de empréstimos. Houve, principalmente, mudança na orientação econômica do governo. Desde que teve de bater às portas do FMI para conseguir o bote salva-vidas, o governo não deverá mais incentivar o aumento do endividamento externo.

Não vai ser fácil aos novos governadores e prefeitos desarquivarem pedidos de empréstimos em dólares lá fora. Em muitos casos, porém, o problema poderá ser reexaminado, sempre com a explicação da prioridade do interesse público, reavaliados os valores.

Outro dia estiveram com o novo líder do governo, senador Aloysio Chaves, o governador e o senador eleitos do PDS gaúcho, Jair Soares e Carlos Chiarelli, tratando dos pedidos de empréstimos que não foram votados pelo Senado. Do Rio Grande do Sul são 16 os pedidos arquivados, totalizando cerca de 50 bilhões de cruzeiros — quase 150 milhões de dólares. O novo governador gaúcho revelou ao líder do governo que os recursos dos empréstimos solicitados no Exterior serão fundamentais à sua administração. Seriam utilizados, principalmente, em obras de eletrificação rural, estradas, postos de saúde, escolas rurais.

Em situação idêntica vão estar outros governadores e muitos prefeitos, de quase todos os Estados. São quase 300 pedidos enviados ao arquivo do Senado.

De parte do governo gaúcho, o senador Carlos Chiarelli já recebeu a incumbência de atuar como articulador no Senado na luta pelo desarquivamento e aprovação dos pedidos feitos anteriormente. O PDS gaúcho poderá valer-se até mesmo da vitória conseguida a 15 de novembro para sensibilizar a maioria parlamentar e o Planalto, na liberação dos recursos — ou do que for possível, diante do agravamento da crise econômica.

Resta saber como agirão, no caso, os governadores oposicionistas, os que mais fizeram promessas ao eleitorado, durante a campanha eleitoral, de proporcionar ao povo melhores condições de vida, além de lutar por novas conquistas democráticas.

Os pedidos arquivados atingem municípios e Estados que serão agora comandados pela oposição — como São Paulo, Minas, Paraná, Rio de Janeiro, Goiás, Espírito Santo, Amazonas, Acre, Pará e Mato Grosso do Sul.

Os governadores de oposição terão de conseguir o desarquivamento — o que poderá ser feito por um senador ou comissão técnica — e depois o "sinal verde" do governo central para a maioria pedessista aprovar a matéria em plenário.

Do governo de São Paulo, por exemplo, foram arquivados dois pedidos: um de dois bilhões e 510 mi-

lhões de cruzeiros e outro de 493 milhões de cruzeiros. Foi também arquivado pedido de empréstimo de 192 milhões de cruzeiros para o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Para a Capital foram arquivados pedidos de empréstimos no valor de 493 milhões de cruzeiros; de 40 milhões de cruzeiros; de 503 milhões de cruzeiros, e de 327 milhões de cruzeiros. Há pedidos arquivados, também, de Campinas, Mauá, Olímpia, Taquaritinga, Franca, São Bernardo do Campo, Osasco, Mogi das Cruzes, Palestina, Salto, Mogi-Guaçu, Araçatuba, Rio Claro, Paulínia, Paulo de Faria, Cândido Mota, Ribeirão Pires e Santa Bárbara d'Oeste.

O deputado Paulo Lustosa (CE), um dos especialistas do PDS em matéria econômico-financeira, admite que os pedidos de empréstimos de Estados e municípios arquivados no Senado poderão representar, com o desarquivamento e a aprovação, não apenas a saída para situações catastróficas de alguns governos, mas "importantes armas políticas", nas negociações governo-oposição.

O parlamentar cearense entende que, de acordo com a política de austeridade exigida no novo quadro sócio-econômico do País, o governo poderia orientar a aprovação de pedidos de empréstimos de Estados e municípios cuja situação seja configurada de quase inviabilidade financeira a curto prazo. Nos demais casos a prioridade seria estabelecida segundo critérios políticos e administrativos.

Será interessante saber, por outro lado, se prefeitos eleitos pelo PMDB em São Paulo endossam declarações do governador eleito Franco Montoro, de que não pretende pedir ou renovar empréstimos no Exterior, pois vai governar "com cruzeiros".

O PDS, se autorizado a negociar os pedidos de governadores e prefeitos da oposição, terá de atender também os dos seus. Afinal, em 1983 não teremos mais no plenário, obstruindo tudo, o senador Dirceu Cardoso, do PMDB capixaba, que não conseguiu a reeleição. Nem Jair Soares enfrentará a crítica pesada de Paulo Brossard, que também não foi reeleito no Rio Grande do Sul.

Desde que o governo federal libere, após reexame de cada caso, os governadores terão de trabalhar o Senado, principalmente junto aos líderes do PDS e do PMDB. Talvez com menos problemas do que antes, pois o novo líder Aloysio Chaves dificilmente criará incidentes com governadores solicitantes, como aconteceu, por exemplo, com o líder Nilo Coelho e o governador gaúcho Amaral de Souza.

Se Montoro não pretende pedir nem renovar empréstimos externos, pode ser que outros não pensem assim. Dificilmente Tancredo Neves poderá alimentar 722 municípios mineiros só com o diálogo e o espírito de conciliador. Muito menos Léonel Brizola conseguirá sustentar sua administração na base do impacto das urnas. Nem José Richa e Wilson Martins terão condições de governar só pregando a convocação da Assembléia Nacional Constituinte "livre, popular e soberana".

## Circuito

De um destacado líder governista: "O Passarinho vai entrar no circuito..." Traduzindo: o senador Jarbas Passarinho, que deixará o Congresso dia 31 por não ter sido reeleito, deverá ser aproveitado no governo Figueiredo. Tudo indica que a Previdência Social o espera.

F.M.